

**CIDADE E AGRONEGÓCIO:
DA IDEOLOGIA À MATERIALIDADE DA PRODUÇÃO URBANA DO VALOR¹**

**CITY AND AGRIBUSINESS: FROM IDEOLOGY TO MATERIALITY OF URBAN
VALE PRODUCTION**

José Gilberto de Souza²
Ana Claudia Giannini Borges²

Resumo

O artigo apresenta uma análise das dimensões agrárias e agrícolas na cidade média de São José do Rio Preto. Estabelece assim uma reflexão crítica do conceito de “cidades do agronegócio”, considerando seu aspecto ideológico e como as condições materiais de produção dos espaços urbanos, no município central São José do Rio Preto e limítrofes, não denotam imbricações econômicas hegemônicas das dimensões rurais no espaço urbano. Assim, a partir de uma análise da estrutura produtiva, dos mecanismos de produção e reprodução do valor, dos fundos públicos, denotam-se as determinações territoriais sobre o preço da terra, os estabelecimentos e ocupação da força de trabalho. Neste processo, identifica-se que as atividades urbanas apresentam uma dinâmica particular e própria ao espaço urbano, que se consolida pela dimensão demográfica e pela renda, vinculada a estrutura hierárquica estabelecida com as cidades limítrofes e de influência, definindo a reduzida capacidade de interferência do agrário e do agrícola nas espacialidades urbanas centrais (cidades médias).

Palavras-chave: agrário, agrícola, cidades médias, espaço urbano, determinações territoriais

Abstract

The article presents an analysis of the agrarian and agricultural dimensions in medium-sized cities. It thus establishes a critical analysis of the concept of "agribusiness cities", considering their ideological aspect and how the material production conditions of urban spaces in the central municipality of São José do Rio Preto and neighboring cities do not denote hegemonic economic imbrications of rural dimensions in urban space. Thus, from an analysis of the productive structure, of the mechanisms of production and reproduction of value, of public funds, the territorial determinations on the price of land, the establishments and occupation of the labor force are denoted. In this process, it is identified that urban activities present a particular dynamic proper to urban space, which is consolidated by the demographic dimension and by urban income, linked to the hierarchical structure established with the neighbouring and influential cities, defining the reduced capacity of interference of the agrarian and agricultural in the central urban spatialities (medium cities).

Keyword: agrarian, agricultural, medium-sized cities, urban space, territorial determinations

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O projeto consistiu na análise de quatro cidades médias: Chapecó (SC), Dourados (MS), Mossoró (RN) e São José do Rio Preto (SP).

² Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista – UNESP. E-mail: jg.souza@unesp.br e ana.giannini@unesp.br.

Introdução

A análise do agrário e do agrícola nas cidades médias se realiza a partir de um esforço em conceber as características destas dimensões, de suas determinações territoriais (SOUZA, BORGES, 2017) no espaço municipal (rural e urbano) e como (e se) ganham particularidades econômicas e estruturais para serem denominadas como “cidades do agronegócio” (sic). Perscruta-se, assim, nesse artigo, analisar as dinâmicas das estruturas agrícolas e agrárias e os perfis das atividades econômicas (urbanas), para definir a capacidade de atuação dos agentes econômicos hegemônicos na determinação territorial intra e interurbana de uma cidade média.

Cabe destacar que partimos da premissa de que no Brasil, e nos países dependentes de maneira geral, o rural inaugura o urbano, inicialmente como elemento de controle de sua estrutura de extração-exportação do valor, para que paulatinamente se consubstancie em espaço específico de produção e extração-exportação do valor. A cidade se torna um ponto central da realização da acumulação, tornando-se o *locus* de gestão, papel significativo na divisão territorial do trabalho e na articulação entre as cidades, sua tessitura urbana e o campo (CARLOS, 2007).

Assim discordamos de algumas leituras que assumem o processo produtivo industrial como imperativo para caracterizar a dinâmica do espaço urbano na América Latina, tendo-o como principal motor das transformações da sociedade sob a égide do modo de produção capitalista. Não há como refutar que o advento do fenômeno industrial acarretou mudanças profundas nas relações sociais, nos modos de vida, nos padrões de consumo e nas próprias necessidades humanas, mas esta determinação não pode ser aplicada de forma genérica, sobretudo nos países periféricos, em que o industrial é retardatário, dependente, desarticulado do ponto de vista de um arranjo institucional (*clusters*) de produção e demarcado para processamento e transformação em bases de exportação.

Procura-se analisar como se estrutura o agrário e o agrícola e como se distingue da dinâmica de produção dos espaços urbanos centrais (cidades médias) e periféricos (municípios lindeiros). Em verdade partimos da inferência de que as cidades médias pouco se remetem ao agrário e ao agrícola de maneira geral, mas contraditoriamente são estruturas, ossaturas, capturadas como ícones, para dar visibilidade de crescimento e, ideologicamente, de modernidade ao agrícola, desvanecendo o real agrário, marcado por expropriação e violência. Marx (1983) já mencionara que se essência e aparência fossem a mesma coisa a Ciência seria desnecessária, assim denominar e associar a cidade ao agronegócio incorre em uma percepção imediata, sem a devida mediação dos elementos constitutivos do urbano e do próprio rural.

Dissimuladamente esta apropriação envolve de forma contraditória a invisibilidade dos movimentos sociais de resistência, mais do que isso, elas atuam no imaginário e no ideário de que as formas de resistência, movimentos sociais camponeses, indígenas, ambientalistas, configuram o retrocesso, a paralisação “de um progresso”, demarcando para os mesmos o apanágio do “atraso”, colocando em segundo plano os processos de fragmentação, segregação espacial que se materializam no urbano³. Em nossa avaliação o discurso acadêmico de “cidades do agronegócio” como potencialidade econômica, social, política e ideológica, como densidade técnica, mais corrobora com estas estratégias de invisibilidade, sobretudo quando amalgamadas por uma leitura de seus “objetos técnicos” que, muitas vezes, “fixados” na produção do espaço, obliteram o movimento de produção do valor e de sua acumulação. Quando não, as análises de “espaços luminosos e opacos” que se referenciam ao grau de intensificação do trabalho morto em suas estruturas produtivas e de circulação (logística) (SANTOS, 1999).

Uma análise que em muito se associa ao arcabouço da velha e da nova economia institucional (NEI)⁴, ao considerar que se tratam de categorias de análise pertinentes àqueles territórios que concentram densidades técnicas e informacionais; tornam-se mais “aptos a atrair” atividades econômicas, capitais, tecnologias e, por último, espelham uma organização produtiva em seus circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação, que passam a ser referenciados como “territórios” luminosos⁵. Espacialidades onde tais características não se manifestam são chamados de territórios opacos. Imperativo reconhecer que não é a densidade técnica, ou a formação bruta de capital fixo (FBKF) que orienta a acumulação nos países dependentes, mas evidentemente a superexploração do trabalho, a expropriação dos bens comuns e a apropriação dos fundos públicos. Nessas bases se realizam com maior expressividade as estratégias de espoliação e produção do valor do que na produção/transformação industrial periférica⁶, elementos já tratados por Marx (1983) e

³ Não é objeto desta análise, mas a pesquisa geral trás resultados importantes sobre os conflitos existentes entre camponeses e as corporações agrícolas em Chapecó (SC) e as questões indígenas urbanas (a conflitualidade de existência e sociabilidade) e periurbana, o aldeamento (reserva) e as retomadas indígenas na cidade média de Dourados (MS), ou mesmo os assentamentos rurais no entorno de Mossoró (RN) que emergem em contraposição a falência da Malsa e as lutas de apropriação de suas terras pelos camponeses reconfigurando a base produtiva em Mossoró e nos municípios limítrofes (SOUZA; BORGES, 2018).

⁴ Não é objeto deste trabalho mas está ausente um debate crítico na Geografia sobre as estruturas analíticas de Milton Santos denominadas de Circuito Espacial Produtivo e Círculo de Cooperação e sua relação com a economia clássica e, particularmente, com a Nova Economia Institucional (NEI), e como seus conceitos analíticos estão diretamente imbricados com as análises de Economia de Custos de Transação e Teoria Organizacional de Williamson (1994, 1996) e Coase (1998), ou as análises de Ambiente Institucional de Douglas North (1991, 1994), por onde caminham alguns “regulacionistas” com as ideias de governança territorial.

⁵ A seguir esta compreensão a região denominada de MATOPIBA estaria em segundo plano na órbita das análises dos geógrafos. Não é o que tem acontecido, a comunidade geográfica tem se preocupado com o processo de acumulação se estabelece de forma exponencial nessas regiões, e tem buscado analisar e denunciar as condições das comunidades frente a lógica de produção e apropriação do valor que ali se realiza.

⁶ Embora seja um debate polêmico acerca dos momentos de industrialização do país e as alterações produzidas na composição da balança comercial brasileira e as trajetórias de reprimarização econômica, é factível considerar a dependência econômica do país em relação a produção primário exportadora.

Poulantzas (1977, 1978), denotando a reprodução desse processo mesmo com as mudanças de estágio do capitalismo.

O fato é que estas abordagens mais municiam as estratégias ideológicas do que revelam as profundas contradições que plasmam nas espacialidades centrais, suas segregações socioespaciais, dado o processo de fortalecimento de um urbano corporativo-empresarial, que espraia nas franjas urbanas as mesmas misérias e mortes que assolam o campo.

Assim, no sentido de estabelecermos uma análise sobre a cidade e o agronegócio elencamos categorias de análise que reúnem capacidade explicativa das dinâmicas dos espaços rurais, tais como a matriz e a especialização produtiva; os padrões de homogeneização da paisagem; os preços de terras; a apropriação dos fundos públicos; a diferenciação e a diversificação produtiva, e as atividades econômicas estabelecidas na estrutura espacial de uma cidade média (intra e interurbana).

Esta dimensão espacial (cidade média), sobre a qual nos debruçamos, compõe o objeto de análise da RECIME⁷: São José do Rio Preto (SP). Esse município, como centralidade e seus municípios limieiros, conformam a base empírica desse texto, analisados a partir dos estabelecimentos e vínculos de trabalho, do valor adicionado fiscal, entre outras categorias analíticas já explicitadas e que são aqui tomadas como determinações territoriais, engendradas a partir dos processos de territorialização do monopólio e monopolização do território (OLIVEIRA, 2012 ; SOUZA, 2016), ou seja das estratégias de produção capitalista do espaço e ou dos movimentos sociais em uma luta contra hegemônica ao domínio corporativo que atua nesses espaços (cidades médias).

Desta forma, utilizou-se como fonte de informações os dados produzidos e elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que compõem a “Produção Agrícola Municipal” (PAM). Foram levantados e organizados os dados anuais, no período de 1990 a 2015, das lavouras temporárias (culturas anuais) e das lavouras permanentes de cada município limieiro ao município sede (cidade média), posteriormente as reunindo para obter o total de área agrícola (hectares) do município, bem o volume de produção (toneladas). Estes valores originais nominais foram convertidos em valores reais atualizados para dezembro de 2015, utilizando-se do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Varga (FGV/IBRE, 2015).

Após, fez-se coleta de dados disponíveis no Anuário Estatístico do Crédito Rural, entre os anos de 1999 e 2012. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os dados levantados foram relativos aos desembolsos para o setor sucroalcooleiro,

⁷ Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias <http://www.recime.org/>

no período de 2004 a 2012⁸. Todos os valores monetários foram corrigidos para valor constante de dezembro de 2017, a partir do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE, 2017)⁹.

Por fim, para o cumprimento do objetivo, fez-se ainda coleta de dados no portal do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho e do Emprego, utilizando a base de dados RAIS – Estabelecimentos e Vínculos Empregatícios (Relação Anual de Informações Sociais), para o período de 1995 a 2014.

Caracterização do Problema

As mudanças recentes ocorridas no agrícola e no agrário no mundo, evidentemente, se articulam aos processos de produção das cidades, particularmente nas economias periféricas. A existência, simultânea, de uma agricultura pautada na exportação de mercadorias e as mudanças provocadas nos processos industriais, serviços e comércio são reveladores da articulação e das estratégias de acumulação levadas a cabo pelo setor do agronegócio e que está respaldada pelo Estado, nas suas três faces centrais que fundamentam o mercado mundial de *commodities*: os fundos públicos e privados, os fundos territoriais e os fundos salariais. O Brasil insere-se no mercado mundial agropecuário como exímio produtor de *commodities* (café, milho, cacau, trigo, boi gordo, suco de laranja, arroz, algodão, soja, farelo e óleo de soja, açúcar e etanol), caracterizando o modelo produtivo exportador do país.

Neste contexto, o Estado atua como grande expoente, considerando o papel que a atividade econômica tem representado na produção de divisas (superávit comercial brasileiro), o que paulatinamente se coaduna com as políticas de crédito realizadas (Sistema Nacional de Crédito Rural e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Ademais, observa-se que estas transformações são acompanhadas por um reordenamento jurídico que procura garantir maior plasticidade nos processos de territorialização do monopólio e monopolização do território, ao mesmo tempo que fragilizam os espaços de resistência a estes modelos produtivos (assentamentos rurais, comunidades quilombolas e indígenas). (SOUZA, MIZUSAKI, 2018).

Diante deste quadro, as cidades médias ganham relevo na análise considerando que sua reestruturação urbana, articulada às transformações produtivas dos espaços rurais, não se configuram apenas como estruturas espaciais de reprodução ampliada do capital, mas ao

⁸ Arquivos concedidos pelo BNDES mediante solicitação.

⁹ Os índices utilizados no trabalho consideram a especificidade do que está sendo tratado.

mesmo tempo ressignificam o espaço citadino e se colocam como ícones do moderno e do “desenvolvimento”. (SPOSITO, 2007).

No âmbito das atividades citadinas (indústria, comércio e serviços) estas espacialidades efetivamente denotam um dinamismo complexo e com formas específicas de realização do valor, sobretudo no âmbito do mercado imobiliário. Resta saber se estes processos reúnem desdobramentos de mesma magnitude com as atividades agrícolas e as estruturas. A questão que se coloca é se as cidades médias não representam apenas ícones do agronegócio e se estas espacialidades diversificadas de produção e consumo, que se caracterizam sobretudo por algumas materialidades urbanas, não são apenas apropriadas como símbolos do moderno, de “eficiência” dos setores conservadores do agronegócio, sem que seu dinamismo econômico, ainda que “técnico-científico”, tenha relação com esse sistema produtivo.

Em outras palavras, deve-se considerar: as cidades médias se estruturam efetivamente como espacialidades ideológicas do agronegócio, legitimadoras de práticas socioespaciais, portadoras de um discurso da eficiência e de contraposição ao “atraso”? Ou seja, as cidades médias são uma espacialidade em que não há possibilidades de reprodução das formas de resistência às lógicas de acumulação e expropriação existentes? Essas questões se remetem efetivamente do problema aqui analisado, não serão totalmente respondidas, mas se colocam como referências para as análises desenvolvidas.

Como asseveramos, neste artigo, apresentamos a análise sobre São José do Rio Preto, pelo seu dinamismo e polarização regional, visto as características econômicas apontadas por Whitacker (2003) e Sposito (2004). O município apresentava sua dinâmica produtiva agrícola essencialmente vinculada à pequena produção e aos setores citrícola e pecuário. Porém, o espaço agrário passou por intensas modificações desde a forte concentração e deslocamento produtivo do setor citrícola, consolidado pelo cartel formado pelas três grandes empresas e o processo de reestruturação produtiva, ocorrido no início dos anos 1990, até o processo de expansão do setor sucroenergético que se consolidou como a atividade econômica mais importante no município e região. (BORGES, 2004, SOUZA, 2008, BELINGIERI; BORGES; SOUZA, 2012).

Assim, debruçamo-nos sobre as principais determinações territoriais que se processam no agrário e no agrícola em São José do Rio Preto e seus municípios limítrofes. Compreende-se as determinações territoriais como estado e movimento das relações de poder empreendidas sobre determinado espaço em direção à hegemonia, denotando as

intencionalidades e projetos dos sujeitos sociais em perspectiva de classe. (SOUZA, BORGES, 2017).

Produção agrícola e homogeneização da paisagem

Os dados do município de São José do Rio Preto e dos municípios limítrofes denotam claramente como os processos produtivos agrícolas estão demarcados pela centralidade da produção para o mercado exportador e de industrialização frente a redução das culturas regionais de produção de alimentos. Inicia-se, portanto, a análise apresentando a “medida da diversidade”, considerando tratar-se de uma das determinações que se expressa na paisagem regional e, portanto, um dos pontos centrais do discurso ideológico da eficiência, marcado pela ótica de produção mercadológica. Ou seja, na esfera da produção de mercadorias está a essência de seu funcionamento, de onde engendra o valor, a acumulação, o que torna imperativo aumentar incessantemente a quantidade produzida.

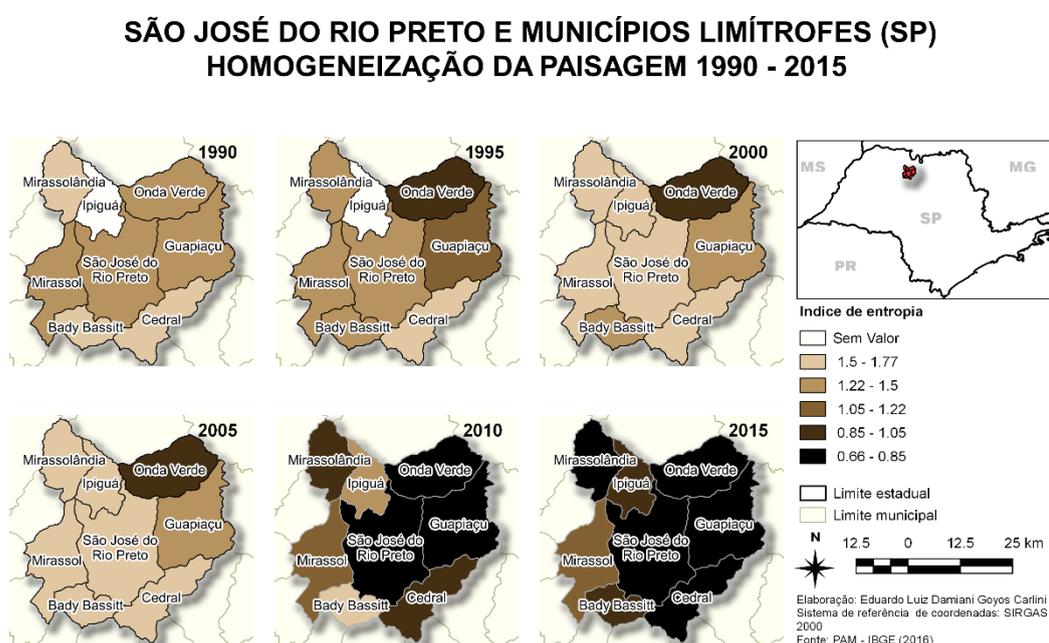
Essa produção crescente se concretiza com o capital expandindo-se tendencialmente a todas as esferas da produção de riqueza da sociedade. Neste sentido, essa expansão precisa atingir os elementos centrais da reprodução humana, dentre elas a criação de uma forma de produzir na agricultura que se integra a lógica maximizadora de utilidade. Como afirma Polanyi (1980), os mercados sempre foram acessórios da vida econômica e, esta última, sempre esteve integrada à sociedade, fortalecendo os laços sociais, a cultura e a identidade coletiva, no entanto, na economia liberal, eles assumem a primazia sobre as relações sociais.

Observa-se em São José do Rio Preto e nos municípios limítrofes uma espacialidade em que a atividade agrícola se expressa como uma estrutura monocromática ao que denominamos de homogeneização da paisagem (Figura 1), dada a especialização laboral e de padrão de uso e ocupação da terra nos estabelecimentos agrícolas. Esta trajetória se expressa de forma marcante em que o percentual de ocupação da cana-de-açúcar atinge mais de 70% da área agrícola dos municípios, apoiadas sobretudo com recursos públicos (BORGES, 2011).

Souza (2008) afirma que o índice de diversidade (homogeneização) representa um modelo de entropia que sintetiza o avanço das culturas comerciais, como um movimento “geofágico”, de consumo das terras e espacialidades diversas, sociais, econômicas, culturais e de domínios morfoclimáticos (cerrado, por exemplo), em direção à homogeneização. O modelo aplicado denota o grau de homogeneização (H), ou de redução da diversidade produtiva, considerando que quanto mais próximo de 0, mais homogênea a paisagem e, conseqüentemente, maior a hegemonia de processos produtivos e relações sociais mediadas pela mercadoria.

Esse índice possibilita expressar o avanço da territorialidade do agronegócio, como expressão espacial de suas relações de poder no campo brasileiro, neste caso, pela presença do setor sucroenergético. No campo de análise, identificou-se os índices de homogeneização próximos de 1,5 a 1,77, nos anos 1990, o que denota maior diversidade quando comparados aos índices do período final de análise com padrões inferiores a 1 (0,66 – 0,85) (Figura 1). Importante ressaltar que esses índices atingem quase que a totalidade da espacialidade analisada.

Figura 1 - Índice de Homogeneização (H) São José Rio Preto e municípios limítrofes (SP) – 1990-2015.

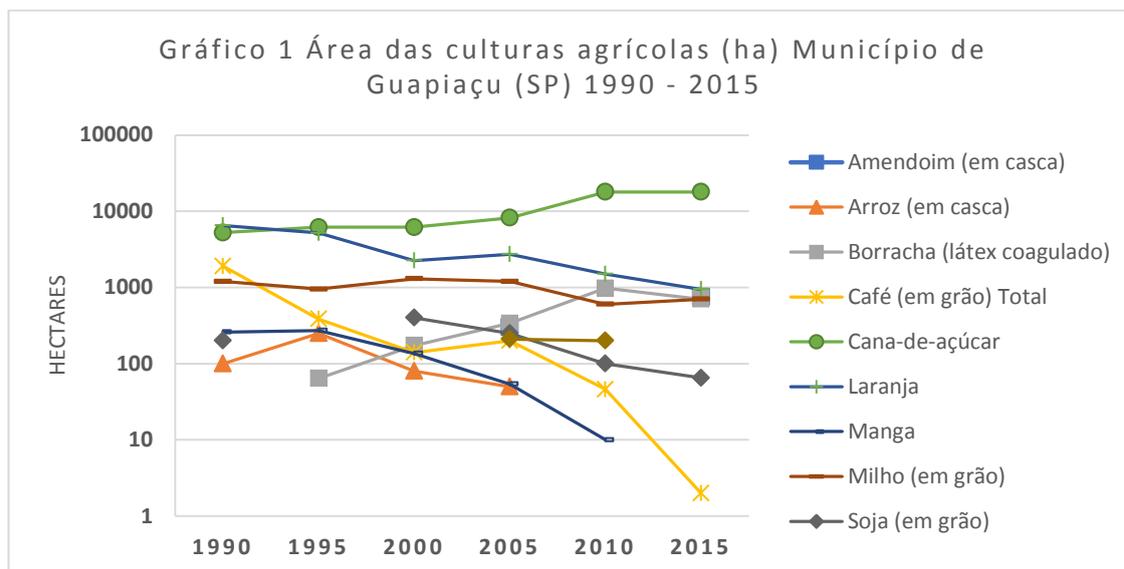


Essa trajetória de homogeneização decorre de um processo de substituição de culturas que se reflete para o conjunto de municípios no entorno da cidade média. Neste caso, a produção de arroz e café que ocupavam a segunda e terceira atividade produtiva em 1990, reunindo mais de 13 mil hectares, atingem patamares extremamente reduzidos em 2015, enquanto a cana-de-açúcar que saiu da quinta posição em área em 1990, passou a ser a principal cultura com área superior a 9 mil hectares, para o caso do município de São José do Rio Preto. Esta lógica produtiva é o primeiro elemento central do tripé da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012) que se vincula à terra e aos créditos públicos.

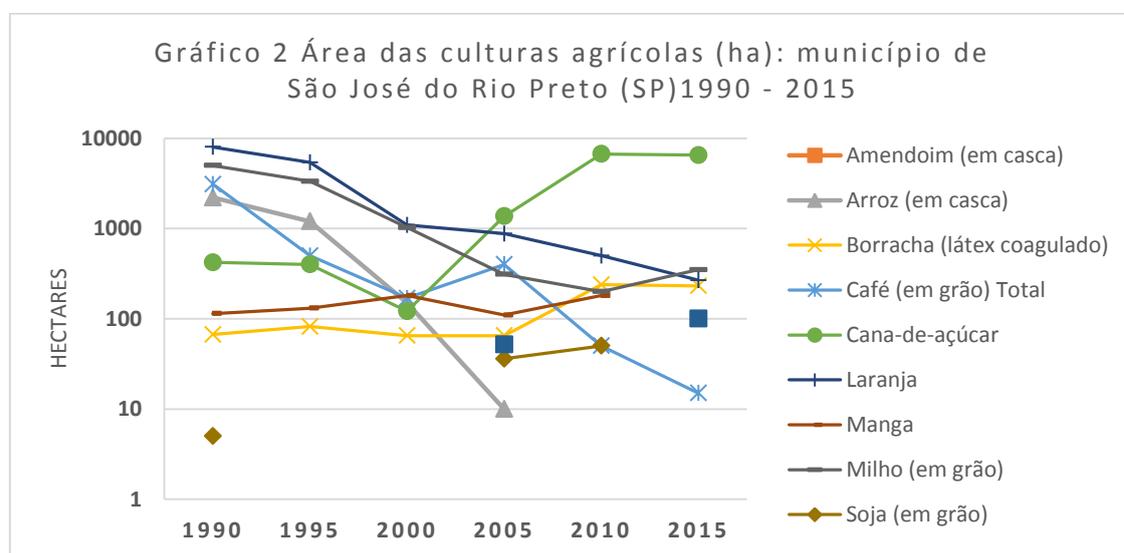
Nos Gráficos 1 e 2, a título de demonstração apresentamos o comportamento das principais culturas nos municípios de Guapiaçú e São José do Rio Preto, respectivamente. Observa-se que as culturas vinculadas a atividades alimentares e aquelas que ainda

REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA -NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/
NURBA –vol. 5, n.2, 2019

representavam alguma vinculação com a produção familiar camponesa, decaem vertiginosamente (arroz, milho, café e laranja, esta última que passou por um verdadeiro processo de expulsão dos pequenos agricultores). (BELINGIERI, op.cit). Em outra direção a cultura da cana-de-açúcar e a borracha têm aumentadas suas áreas de produção. Esta última decorrente dos padrões de declividade em que a atividade mecanizada da cana-de-açúcar não pode ser estabelecida.



Fonte: Elaborado a partir de PAM-IBGE (2016).



Fonte: Elaborado a partir de PAM-IBGE (2016).

A mercadoria como centralidade das relações sociais torna-se imperativa nas relações com a terra. Assim, a demanda internacional de produtos e a elevação de seus preços rege a mundialização da agricultura brasileira com rebatimentos concretos sobre o padrão de uso e ocupação dos espaços brasileiros. Neste sentido, as figuras 2 e 3, reúnem um conjunto de

REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA -NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/
NURBA –vol. 5, n.2, 2019

mapas que denotam a redução da área plantada de arroz e aumento da cana-de-açúcar, respectivamente, em São José do Rio Preto e nos municípios limítrofes.

Figura 2 - Área plantada de arroz (ha) São José do Rio Preto e municípios limítrofes (SP) – 1990-2015.

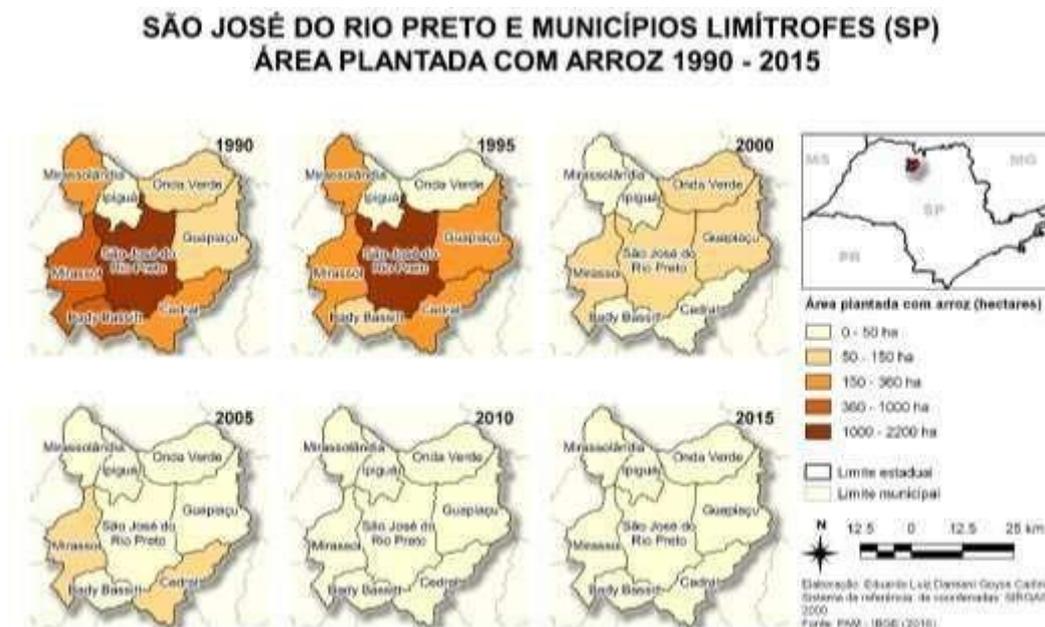
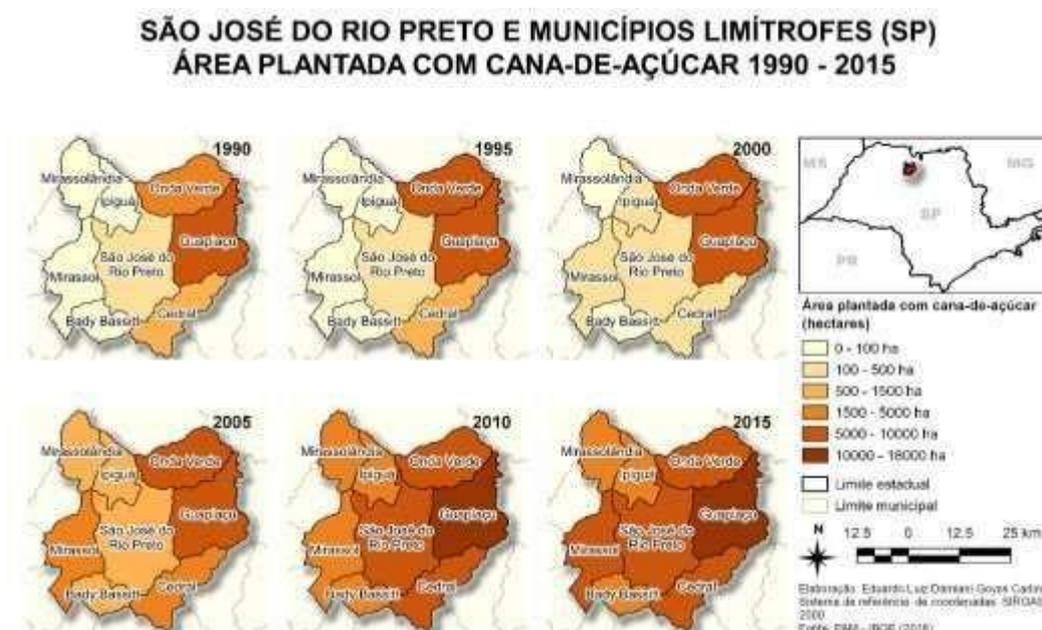


Figura 3 - Área plantada de cana-de-açúcar (ha) São José do Rio Preto e municípios limítrofes



(SP) – 1990-2015.

Esta mudança de matriz produtiva deve ainda ser analisada por outra perspectiva, que também reflete este movimento de entropia que a produção da cana-de-açúcar e borracha (heveicultura) também estabelecem sobre outras culturas. Assim, construiu-se o cálculo sobre

o efeito escala e efeito substituição das atividades produtivas de *commodities* em relação às culturas alimentares e demais culturas. Estas análises se consubstanciam no cálculo do Efeito Escala (EE) que indica as alterações do tamanho de área (escala), ou seja, se há expansão ou contração (HERNANDÉS, 2008); e Efeito Substituição (ES) que apresenta a substituição do uso das áreas entre as culturas. (BACCARIN; BUENO; SILVA, 2014).

O efeito substituição foi analisado por agrupamento de culturas alimentares e de produção de *commodities*. A cultura central que altera as dinâmicas produtivas é cana-de-açúcar que apresenta efeito escala crescente em todo o período e para todos os municípios. Na cidade média de São José do Rio Preto, considerando os municípios limieiros, há um forte processo de perda de espaço de produção das culturas alimentares para as culturas *commoditizadas*.

Entre 1990 e 2015, há um efeito substituição de culturas alimentares da ordem de - 6.367 hectares, em São José do Rio Preto e nos municípios limieiros (Bady Bassit, Cedral, Guapiaçu, Ipiruá, Mirassol, Mirassolândia, Onda Verde), enquanto as culturas comerciais chegam a apresentar um efeito substituição da ordem -39.400 hectares, a cana-de-açúcar, por sua vez, reúne crescimento de 45.822 ha, indicando o quanto a produção sucroenergética avançou sobre as atividades agrícolas comerciais, de produção alimentar e de pastagens (Tabela 1).

Tabela 1. Efeito escala e substituição de culturas São José do Rio Preto e municípios Limieiros.

São José do Rio Preto	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
1990/1995	EE	-175,94	-6.742,41	-1.080,65	-7.999,00
	ES	153,94	-122,59	-31,35	0,00
1995/2000	EE	-292,66	-6.809,49	-1.082,85	-8.185,00
	ES	13,66	-145,51	131,85	0,00
2000/2005	EE	15,28	296,94	66,79	379,00
	ES	1.228,72	-906,94	-321,79	0,00
2005/2010	EE	1.820,00	2.322,67	365,33	4.508,00
	ES	3.515,00	-3.197,67	-317,33	0,00
2010/2015	EE	62,43	20,38	23,19	106,00
	ES	49,57	171,62	-221,19	0,00
1990/2015	EE	-254,77	-9.763,38	-1.564,85	-11.583,00
	ES	6.332,77	-5.429,62	-903,15	0,00
Cedral	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
1990/1995	EE	13,49	86,89	8,62	109,00
	ES	531,51	-629,89	98,38	0,00
1995/2000	EE	-460,28	-1.546,05	-209,66	-2.216,00
	ES	-454,72	557,05	-102,34	0,00
2000/2005	EE	228,14	1.955,17	163,69	2.347,00
	ES	1.996,86	-1.988,17	-8,69	0,00
2005/2010	EE	633,30	819,07	106,64	1.559,00
	ES	3.091,70	-2.813,07	-278,64	0,00
2010/2015	EE	103,96	21,00	20,04	145,00
	ES	-64,96	171,00	-106,04	0,00
1990/2015	EE	309,63	1.994,52	197,84	2.502,00
	ES	6.020,37	-5.514,52	-505,84	0,00

Continua

Bady Bassit	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
1990/1995	EE	0,00	-2.295,89	-700,11	-2.996,00
	ES	0,00	134,89	-134,89	0,00
1995/2000	EE	0,00	-654,22	-137,78	-792,00
	ES	40,00	100,22	-140,22	0,00
2000/2005	EE	37,82	1.240,45	108,73	1.387,00
	ES	1.224,18	-1.259,45	35,27	0,00
2005/2010	EE	360,86	358,36	71,78	791,00
	ES	537,14	-411,36	-125,78	0,00
2010/2015	EE	-163,61	-37,34	-27,05	-228,00
	ES	-206,39	229,34	-22,95	0,00
1990/2015	EE	0,00	-651,37	-198,63	-850,00
	ES	3.380,00	-2.505,63	-874,37	0,00

Mirassol	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
1990/1995	EE	0,00	-3.700,72	-526,28	-4.227,00
	ES	100,00	-62,28	-37,72	0,00
1995/2000	EE	-32,63	-1.002,26	-133,11	-1.168,00
	ES	232,63	-116,74	-115,89	0,00
2000/2005	EE	308,96	2.011,30	163,75	2.484,00
	ES	1.281,04	-1.094,30	-186,75	0,00
2005/2010	EE	738,86	1.121,97	53,17	1.914,00
	ES	2.271,14	-2.126,97	-144,17	0,00
2010/2015	EE	1.545,24	234,48	37,28	1.817,00
	ES	39,76	-42,48	2,72	0,00
1990/2015	EE	0,00	2.913,65	414,35	3.328,00
	ES	7.600,00	-6.298,65	-1.301,35	0,00

Mirassolândia	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
1990/1995	EE	0,00	-359,28	-38,72	-398,00
	ES	0,00	-186,72	186,72	0,00
1995/2000	EE	0,00	-783,80	-148,20	-932,00
	ES	0,00	33,80	-33,80	0,00
2000/2005	EE	0,00	1.076,57	179,43	1.256,00
	ES	829,00	-444,57	-384,43	0,00
2005/2010	EE	420,32	1.230,02	47,66	1.698,00
	ES	2.450,68	-2.476,02	25,34	0,00
2010/2015	EE	-41,26	-9,90	-5,84	-57,00
	ES	-74,74	201,90	-127,16	0,00
1990/2015	EE	0,00	1.918,27	206,73	2.125,00
	ES	4.450,00	-3.944,27	-505,73	0,00

Ipiruá	Efeito	Cana p/ indústria	Demais Culturas Perenes e	Culturas familiares (perene e	Total
2000/2005	EE	-63,89	-684,27	-72,84	-821,00
	ES	445,89	-368,73	-77,16	0,00
2005/2010	EE	222,76	705,52	62,71	991,00
	ES	1.595,24	-1.499,52	-95,71	0,00
2010/2015	EE	-244,79	-50,71	-28,49	-324,00
	ES	-157,21	242,71	-85,51	0,00
2000/2015	EE	-9,03	-96,68	-10,29	-116,00
	ES	2.439,03	-2.152,32	-286,71	0,00

Continua

Onda Verde	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
	EE	-332,28	-275,72	-20,01	-628,00
1990/1995	ES	1.432,28	-1.258,28	-173,99	0,00
	EE	481,28	196,33	7,39	685,00
1995/2000	ES	563,72	-741,33	177,61	0,00
	EE	663,83	176,60	26,57	867,00
2000/2005	ES	-2.258,83	2.552,40	-293,57	0,00
	EE	1.801,39	1.561,21	2,40	3.365,00
2005/2010	ES	2.948,61	-2.939,21	-9,40	0,00
	EE	-13,77	-1,23	0,00	-15,00
2010/2015	ES	-193,23	193,23	0,00	0,00
	EE	1.366,14	1.133,60	82,26	2.582,00
1990/2015	ES	2.433,86	-2.068,60	-365,26	0,00

Guapiaçú	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
	EE	-732,79	-1.371,78	-62,43	-2.167,00
1990/1995	ES	1.663,79	-1.837,22	173,43	0,00
	EE	-1.207,82	-1.291,07	-109,11	-2.608,00
1995/2000	ES	1.207,82	-1.036,93	-170,89	0,00
	EE	1.697,87	1.173,86	76,27	2.948,00
2000/2005	ES	325,13	-205,86	-119,27	0,00
	EE	4.698,45	3.001,29	134,26	7.834,00
2005/2010	ES	5.070,55	-4.826,29	-244,26	0,00
	EE	-88,43	-7,35	-3,22	-99,00
2010/2015	ES	-154,57	199,35	-44,78	0,00
	EE	1.933,24	3.619,06	164,70	5.717,00
1990/2015	ES	10.790,76	-10.256,06	-534,70	0,00

São José do Rio Preto e Municípios Limitrofes	Efeito	Cana p/ indústria	Culturas Perenes e Temporárias	Culturas familiares (Perenes e Temp.)	Total
	EE	-3.074,25	-13.478,42	-1.753,32	-18.306,00
1990/1995	ES	5.728,25	-5.142,58	-585,68	0,00
	EE	-3.265,12	-7.146,50	-949,38	-11.361,00
1995/2000	ES	3.656,12	-2.880,50	-775,62	0,00
	EE	4.201,25	5.969,26	676,49	10.847,00
2000/2005	ES	3.758,75	-2.438,26	-1.320,49	0,00
	EE	10.572,15	11.305,40	782,45	22.660,00
2005/2010	ES	21.603,85	-20.475,40	-1.128,45	0,00
	EE	0,90	0,02	0,08	1,00
2010/2015	ES	397,10	191,98	-589,08	0,00
	EE	1.269,60	5.566,31	724,09	7.560,00
1990/2015	ES	45.822,40	-39.455,31	-6.367,09	0,00

Fonte: IEA. Organizado Souza e Borges, 2020.

Esse processo caracteriza, em verdade, uma lógica de mudanças nas relações sociais de poder, pois indica determinações territoriais no campo, seja pela matriz produtiva, seja pela dinâmica produtiva (saber fazer), pois desloca esta última do controle dos produtores para se concentrar nas grandes corporações, diante do processo de arrendamento e fornecimento de cana-de-açúcar. Assim, uma mudança fundamental do papel desses sujeitos na dinâmica de produção, alterando sua condição de agricultor para arrendador, em que unicamente a condição de proprietário fundiário o liga ao campo, alterando, portanto, o seu *ethos* social.

A produção do valor, o preço da terra e a apropriação da renda.

A produção do valor que se realiza na produção agrícola de larga escala se configura territorialmente em especialização regional produtiva. No entanto, sua determinação territorial não se consolida apenas pelas estruturas de densidade técnica, o que tratamos como intensificação de trabalho morto, ou reconfiguração da composição orgânica e técnica do capital. A produção do valor se materializa com o alto grau de exploração do trabalho, portanto da mais valia e da subsunção da terra ao capital, na extração da renda. Esses são os aspectos que caracterizam o valor da produção nestes municípios e que reverberam diretamente sobre a demanda por terras. Assim, pode-se dizer também que o valor da produção se revela na materialidade dos processos produtivos de mercadorias agrícolas e se coaduna ao avanço das culturas de economia mundial, concorrendo com a demanda por terras em uma lógica que altera o seu preço, mas, não apenas, altera sobretudo a relação estabelecida no processo produtivo, na transformação de terra de trabalho em terra de negócio (MARTINS, 1988).

Conjuntamente aos dados de área de produção, levantou-se os dados referentes ao valor de produção por cultura, disponibilizados também pela PAM/IBGE. Sendo a metodologia utilizada pelo instituto, na obtenção desse dado, a multiplicação do total produzido por cultura (lavouras permanentes e temporárias) no município pelo preço médio ponderado de cada cultura. Optou-se por utilizar os dados de 1994-2014, tendo em vista a conversão dos valores originais nominais em valores reais atualizados para dezembro de 2015. A organização dos dados de valor de produção busca fornecer subsídios para se observar a relação estabelecida entre a variação do preço médio das culturas com a variação das áreas ocupadas pelas culturas. Tendo em vista assim verificar o paralelismo entre o aumento do valor das *commodities* agrícolas com a expansão das áreas de cultivo, que expressam a espacialização da homogeneidade na agricultura (SOUZA; CABERO DIEGUES, 2011).

A configuração da terra em propriedade privada, em mercadoria, é o que move a expansão do valor da produção, como demonstrado nos dados dos municípios em análise. No caso de São José do Rio Preto, como processo de consolidação do valor da produção, cabe considerar a ordem de grandeza dos valores estabelecidos das *commodities* e da capacidade de geração de renda nas distintas regiões, que nesse caso precisa ser relativizado em área e produtividade, mas não perde a dimensão do padrão de rentabilidade por hectare produzido. Reciprocamente, se o valor da produção ganha concretude nos mecanismos de subsunção da renda da terra, oriunda do distanciamento entre os preços de mercado e os preços de produção, isto é, se provém da alta do preço de mercado acima do preço de produção dos produtos

agrícolas, ele também engendra inflexões positivas no preço da terra, não apenas como meio de produção, mas também como mecanismo de especulação fundiária, diante de sua capacidade intrínseca, no capitalismo, de gerar renda e expectativa de renda e se colocar como espacialidade de exploração da mais valia. Esse movimento consolida a apropriação da renda da terra em simultaneidade com a extração da mais valia.

Assim, a terra mercadoria, se consubstancia em valor de uso e valor de troca e tal dimensão altera não apenas o *ethos* do sujeito social, do camponês, transformando seu apanágio dentro do sistema produtivo, mas ratifica a estratégia do rentismo no campo brasileiro. A trajetória dos preços de terras, dos arrendamentos, apresenta assim uma relação direta com a trajetória dos preços de *commodities*.

Nascimento, Souza e Gebara (2012) ao analisarem o comportamento de preços de terras pós Plano Real, demonstram que as curvas de preços partem de patamares reduzidos dos anos finais da década de 1990 e projetam ascendência a partir dos anos 2000, com uma reduzida inflexão negativa no período pré-eleitoral de 2002-2003, para nova ascendência. Nossos dados indicam que esta trajetória de alta permanece a partir de 2004, apresentando uma inflexão negativa em 2012, quando os reflexos da crise subprime, passaram a ser apresentados no Brasil.¹⁰

Na Tabela 2 apresentamos o comportamento dos preços de terras para diversos municípios paulistas e que refletem as maiores altas para as áreas de expansão do setor sucroenergético, em relação as áreas mais antigas de ocupação (Guariba, Guaíra, Pitangueiras, por exemplo).

¹⁰ A crise subprime desencadeada nos anos 2007-2008, foi associada como o maior fenômeno de depressão econômica estadunidense, desde a quebra de 1929. A crise atingiu os principais bancos de investimentos, sendo o mais tradicional dos EUA, o Lehman Brothers, que apresentou insolvência desencadeando uma crise nas bolsas do mundo todo. Também denominada de “bolha imobiliária americana”, teve início com a forte queda do índice Dow Jones em julho de 2007, em decorrência do colapso hipotecário, que arrastou várias instituições financeiras americanas para a situação de insolvência, tendo em vista que os empréstimos hipotecários podres, ou *subprime mortgage*, eram concedidos como formas de refinanciamento, culminando em uma crise de crédito através da transferência desenfreada de CDSs (Credit Default Swaps) e CDOs (Collateralized Debt Obligation) para terceiros, repassando assim os riscos para outras contrapartes. <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/crise-do-subprime/>

Tabela 2. Preço médio da Terra Agrícola com cana-de-açúcar, em Reais de 2017 por hectare, para os anos de 2004, 2008 e 2012, para municípios selecionados.

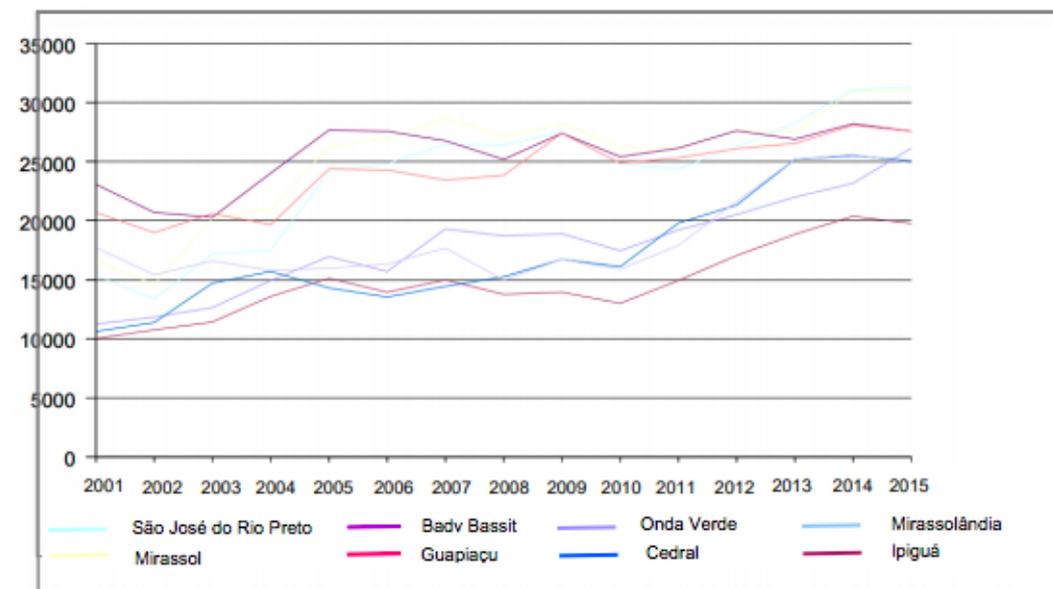
Municípios	Preço médio da Terra agrícola com cana-de-açúcar (R\$/ha)			Variação (%)
	2004	2008	2012	
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Barra Bonita	14.086,69	31.403,23	27.281,40	93,67
Catanduva	22.500,89	29.879,61	29.634,71	31,7
Guaíra	30.941,24	30.069,66	33.992,25	9,86
Guariba	39.960,91	32.836,65	39.657,19	-0,76
Meridiano	16.832,42	16.849,96	22.879,40	35,92
Mirante do Paranapanema	15.514,87	10.542,90	19.392,58	24,99
Narandiba	15.514,87	10.542,90	19.392,58	24,99
Novo Horizonte	22.500,89	29.879,61	29.634,71	31,7
Pereira Barreto	16.824,37	17.690,69	22.117,19	31,46
Pitangueiras	30.941,24	30.069,66	33.992,25	9,86
Promissão	16.824,37	17.690,69	22.117,19	31,46
Quatá	15.514,87	10.542,90	19.392,58	24,99
São Joaquim da Barra	30.941,24	30.069,66	33.992,25	9,86
Sebastianópolis do Sul	18.755,44	28.850,44	28.217,49	50,45
Serrana	28.249,82	32.883,35	37.369,25	32,28

Nota: Valor obtido a partir de regiões geográficas, segundo metodologia específica do Anuário da Agricultura Brasileira – Agriannual.

Fonte: Agriannual/FNP (2006 e 2014).

Observa-se no Gráfico 3 o comportamento de preços de terras para o Município de São José do Rio Preto e seus municípios limítrofes e a trajetória positiva dos preços no período de 2001 a 2015. Destaca-se, como apontado pela literatura citada, as inflexões negativas no início do período de análise, uma trajetória de alta e, posteriormente, como reflexo das crises subprime no final da primeira década dos anos 2000 uma nova oscilação negativa. De todas as formas esses valores vão ser refletidos de forma muito significativa nos aportes de recursos públicos para o setor realizados pelo Sistema Nacional de Crédito e BNDES, que serão demonstrados.

Gráfico 3 – Preços Médios de Terras Agrícolas São José do Rio Preto e municípios limítrofes (SP) 2001-2015 (R\$)



Fonte: Elaborado a partir de Agriannual/FNP (2006 e 2014).

Por sua vez, cabe associar estas questões ao comportamento das taxas cambiais médias que atuam também como reguladoras das demandas e das lucratividades da agricultura mundializada, e reúnem maior impacto nos preços de terras. Estas relações são fortemente imbricadas, muito mais que os preços domésticos destas mercadorias, o que denota a influência do câmbio no preço da terra nos municípios de análise, vinculado à demanda destes produtos no mercado externo.

Os processos de desvalorização cambial que atingiram, especulativamente, os períodos pré-eleitorais no Brasil, nos anos 2001/02 e que se mantêm até 2004, retomam patamares de crescimento a partir da trajetória da crise internacional, com novas desvalorizações que passam a ser apresentadas a partir de 2011, e esses comportamentos reúnem completa simetria com os preços das terras. Estes processos simétricos são fundamentais para, posteriormente, compreendermos o padrão de financeirização de uma economia agrícola (brasileira) mundializada. (Gráfico 4)



Fonte: Elaborado a partir de BACEN (2016).

Neste ponto é que se apresenta a efetiva articulação da atuação do Estado a partir dos financiamentos públicos com a economia mundial capitalista, ou seja, o fundo público como pressuposto da trajetória de financiamento da acumulação, quando as empresas atuam diretamente na sua captação (financiamentos públicos), ou como financiamento da força de produção a partir da apropriação da renda da terra, até mesmo quando se destina a pequenos e médios agricultores que estão cercados pelas estratégias do capital monopolista na venda/compra de produtos, insumos e serviços na agricultura.

Segundo Francisco de Oliveira (1988), a apropriação do antivalor se realiza desde a sustentação da competitividade das exportações, por meio de juros subsidiados aos setores de ponta, cristalizando-se numa cadeia produtiva, das indústrias tecnológicas e químicas, indústria de máquinas e equipamentos, atingindo a agricultura com o financiamento dos excedentes agrícolas. Evidencia-se, portanto, o valor da produção, não somente enquanto categoria central, mas como práxis do sistema, que não se reporta a si mesmo, enquanto mercadoria, mas a outros elementos de caráter fiscal, cambial e, em particular, o fundo público, sem o qual ele perde a capacidade de proceder sua própria valorização.

O fundo público - o antivalor – como paradigma de acumulação-financeirização

Como aponta Oliveira (1988), o fundo público é agora um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter ex- post típico do capitalismo concorrencial.

Estes elementos são fundamentais para entender a impossibilidade de desarticulação do capital produtivo com o capital financeiro e de uma impossibilidade de pensar fora de sua esfera produtiva: o trabalho. Torna-se imperativo reconhecer que não existe nenhuma possibilidade de compreender a ação de estruturas de Estado ensimesmadas, neutralizadas por uma lógica do nacional, de interesses “particulares” de suas burocracias isolados de interesses de burguesias nacionais e internacionais - sobretudo no atual estágio de mundialização de empresas e capitais - estas que se interpenetram na formação do valor e na sua acumulação.

A compreensão do antivalor requer de imediato reconhecer que o território não se consolida como lógica em si, mas se materializa como forma específica no modo de produção capitalista, dada sua gênese e forma particular de apropriação do espaço, transformando-o em mercadoria, principalmente em uma articulação profunda com a valorização fundiária, quando pode-se falar de um território financeirizado (*territorial funding*) (SOUZA; BORGES, 2017).

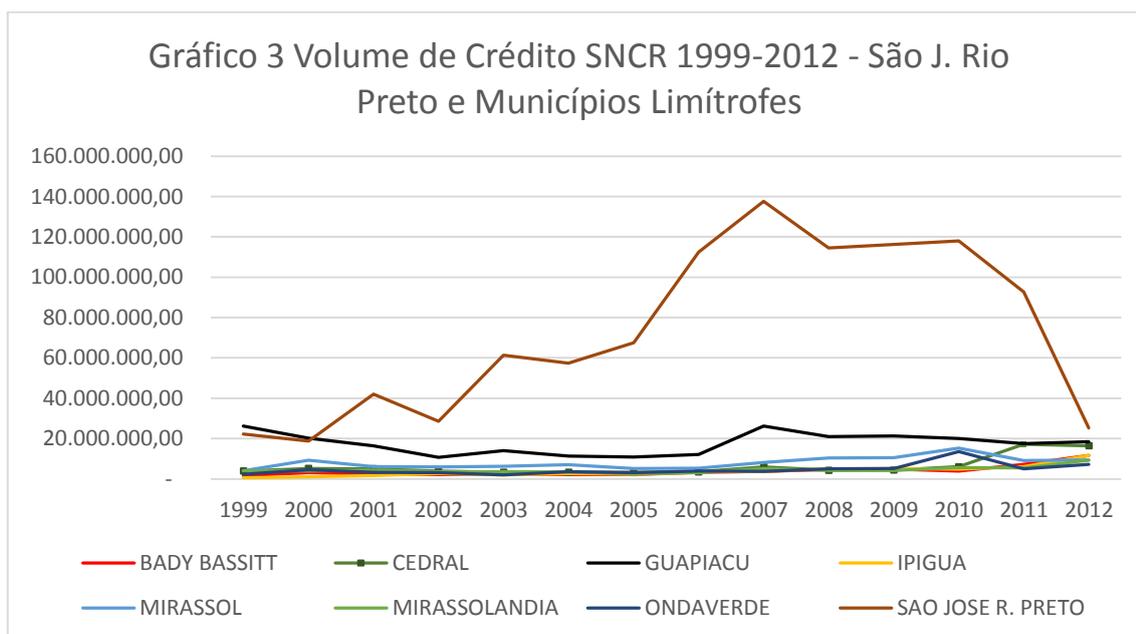
Os processos de acumulação se estabelecem mediados pelos interesses de classe, portanto o território é para si. Ele é o próprio capital, enquanto jogo de forças e processos de acumulação que se apresentam como hegemônicos. Ele é a negação do capital quando novas formas de reprodução e práticas socioespaciais se constituem. Ele não é dado a priori enquanto uso e forma de apropriação do espaço, porque se expressa como realização histórico-geográfica de classes sociais. Neste sentido, enquanto manifestação de classe, sua expressão como território Estado-nacional vem se constituindo efetivamente em fetiche, enquanto campo de atuação do capital, ou sua expansão geográfica, trata-se de uma dimensão específica de realização da forma valor (HARVEY, 2004, MASCARO, 2013).

Significa dizer que não há como conceber as lógicas intrínsecas e particulares do “Estado capitalista”, como se estivessem desvinculadas aos interesses hegemônicos de classe. Os investimentos que o Estado realiza nos processos de circulação e distribuição de mercadorias não podem ser tomados como centralidades em si mesmas, mas como expressões de consolidação de territórios para si, com todos os elementos materiais e imateriais que eles ensejam (os conceitos de desenvolvimento e progresso com todas as cargas ideológicas que eles encerram, por exemplo) e suas estruturações estão articuladas aos créditos públicos que são auferidos nesta lógica produtiva.

Nesse sentido, fez-se a composição das informações de financiamento no setor agropecuário a partir dos dados disponíveis no Anuário Estatístico do Crédito Rural, para as seguintes operações creditícias: financiamentos a produtores e cooperativas, na escala de município, separado por atividades econômicas (agrícola e pecuária) e finalidade (custeio, investimento e comercialização). Compreendendo os créditos de custeio como recursos

utilizados para cobrir as despesas habituais do processo produtivo, desde a compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, como bens de capital e maquinários. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e suas cooperativas os recursos necessários para adoção de mecanismos para o abastecimento e armazenamento da colheita, principalmente em períodos de quedas de preço.

Observa-se no caso de São José do Rio Preto -SP e municípios limítrofes a centralidade que o município sede e Guapiacu apresentam na trajetória de financiamento. Estes dois municípios reúnem indicadores com necessária análise de duas atividades centrais. No caso de São José do Rio Preto a produção canavieira que será ainda acrescida dos valores disponibilizados pelos BNDES e que, no ano de 2010, já apresentava alguma alteração considerando a redução da atividade econômica do país. No caso de Guapiacu-SP a análise recai de forma mais pontual à produção avícola. De toda a sorte há uma redução de aportes de recursos públicos nos municípios em análise no último quadriênio e que reflete a mudanças estruturais na economia interna e externa.

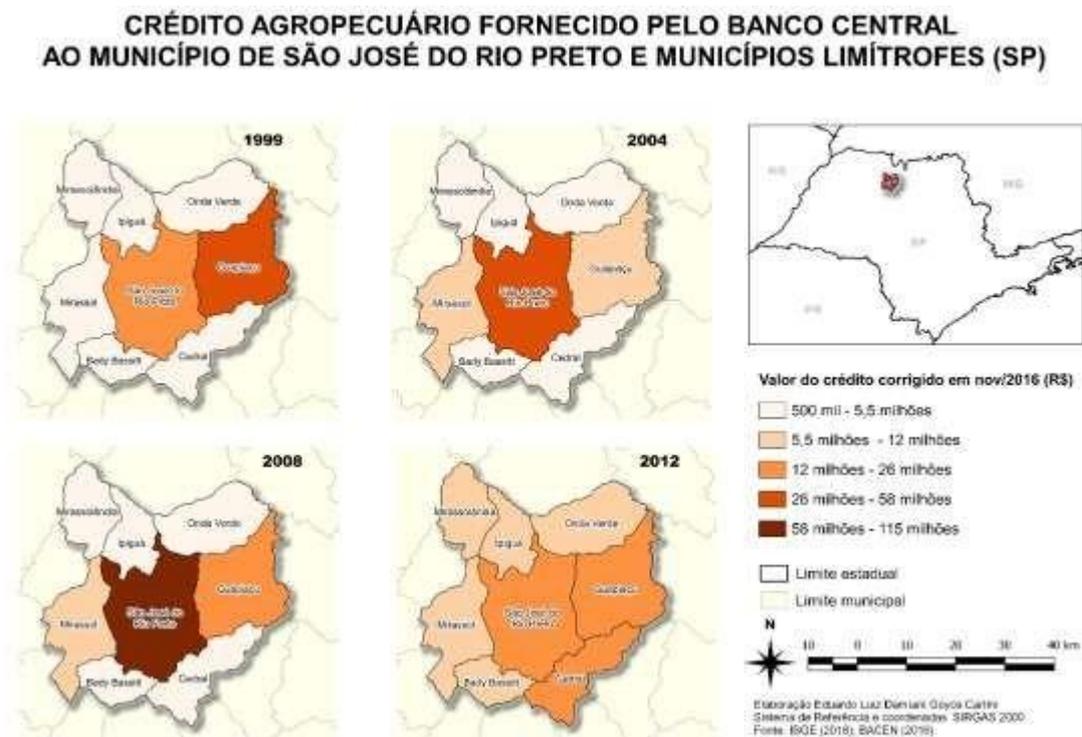


Fonte: Elaborado a partir de BACEN (2016).

A expansão creditícia neste caso precisa ser analisada de acordo com a matriz produtiva de cada município e do município sede. A importância da atividade avícola e suinícola e as estruturas de processamento permitem inferir sobre uma expansão creditícia mais descentralizada, sem desconsiderar efetivamente a polarização do município sede. Aqui mais uma vez a obtenção de dados pormenorizados sobre o padrão de financiamento por culturas auxilia na compreensão das distribuições creditícias. De todas as formas, as análises

de estabelecimentos e ocupações refletem as análises das diferenciações espaciais. Evidencia-se que se trata dos menores valores liberados em relação aos outros municípios, mas com um padrão de polarização (município-sede) significativo.

Figura 4 – Crédito Agropecuário (R\$) São José do Rio Preto e municípios limítrofes (SP) – 1990-2012.



De maneira geral os valores anuais totais iniciam entre 1999 a 2002, com inflexões positivas, bem como uma redução de disponibilidade creditícia de 2005 a 2009, seguida de alta no final do período em análise, exceção para São José do Rio Preto. Os valores de disponibilidade de crédito acompanham em grande medida a trajetória de expansão das culturas industriais e de *commodities* o que denota, como asseverado, uma relação de dependência direta com os créditos públicos, mas não apenas, demonstram o caráter intrínseco do crédito na realização do valor, fechando o ciclo produtivo e de acumulação da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012).

Os desembolsos do BNDES, no período de 2004 a 2012, para o setor sucroalcooleiro foi de R\$ 59.208, 71 milhões para Brasil e R\$ 31.366,37 milhões para o estado de São Paulo. Ressalta-se que a microrregião de São José do Rio Preto, que compreende 29 municípios, dos quais os oito municípios considerados neste artigo, recebeu R\$ 1.987,38 milhões, o que representa 6,34% dos desembolsos do estado. Os municípios analisados somaram o valor de

R\$ 49,98 milhões, sendo que São José do Rio Preto recebeu 42,74%, seguido por Onda Verde (18,70%), Guapiaçu (17,92%), Ipiranga (9,24%), Mirassol (9,19%), Cedral (1,73%) e Bady Bassitt (0,48%). No período de 2004 a 2008, o volume desembolsado para esses municípios foi de R\$ 18.732,72 milhões e, para 2009 a 2012, de R\$ 31.249,02 milhões, o que permite apontar que esses recursos possibilitam a consolidação do setor nesses municípios num primeiro momento e depois manter a sua expansão, principalmente em um período de queda de crédito rural (Gráfico 3). Dados que ajudam a justificar, sobremaneira, a homogeneização da paisagem observada nesses municípios a partir de 2010 (Figura 1).

O papel dos créditos na alavancagem da produção é fundamental para a realização do valor e para compreender seu desdobramento em autorreprodução, denotando seu papel não apenas na alavancagem da produção, mas devendo considerar o que representam na composição do portfólio das empresas e sua atuação no mercado de ações. O que ocorre de fato é que a estruturação da esfera pública, como política agrícola, ao contemplar camponeses e pequenos proprietários fundiários com o sistema de crédito, pode dar a impressão de contradições internas no Estado burguês, mas a lógica que se amplia o número de agentes no setor e se pressiona para maior liberação de recursos públicos sob a alegação de atendimento de uma base social do campo.

Efetivamente compreendemos que mesmo nos limites do Estado classista não existe uma dominação exclusiva da burguesia sobre esta estrutura. Esta perspectiva de antecidade, nos coloca objetivamente com uma certa distância da compreensão do Estado como instância monolítica, mas a ação do projeto burguês por dentro do Estado é imperativa, concreta e ideológica, uma vez que sua realização, como demonstramos, é a consolidação dos projetos mais centrais de realização e ampliação das taxas de lucro e de acumulação que se realiza sobre a média dos produtos e de modo mais significativo para os grandes latifundiários. O fato é que os resultados econômicos produtivos ampliam sua capacidade de captar no mercado os recursos de famílias, fundos e empresas na lógica de capital portador de juros e capital fictício. Não deixa de ser comum o fato de as empresas estamparem em seus sites o volume de terras sob controle, próprias e arrendadas como mecanismos de captação de recursos no mercado bursátil, ratificando o quanto estão imbricados capital produtivo e financeiro, capitais nacionais e internacionais, no processo de acumulação.

Atividades econômicas e vínculos empregatícios nas cidades médias

Embora tenhamos demonstrado um conjunto de determinações territoriais que se processam no âmbito da produção agrícola é importante destacar que neste momento

passaremos a analisar sua reduzida capacidade de reverberar seus efeitos para a estrutura urbana. Não significa desconsiderar as articulações de capitais e suas dinâmicas relacionais, mas é preciso demarcar que os processos intraurbanos das cidades médias reúnem maior capacidade explicativa de suas estruturas e funções do que uma transposição das demandas do agrícola e agrário para estas espacialidades que pudessem responder pelos seus processos de produção espacial, ou as determinações territoriais nelas existentes e configurariam suas estruturas de consumo produtivo e consumptivo.

Em todas as análises ainda que fosse possível demarcar um grau de importância das atividades rurais sobre esta espacialidade ela vem se demonstrando minimizada ao longo dos anos. Uma reflexão pontual deste processo pode ser estabelecida em São José do Rio Preto em que as atividades intrinsecamente urbanas é que reúnem capacidade explicativa de seu dinamismo e sua posição na tessitura regional. Objetivamente é a dimensão da economia de escala e do arranjo espacial da tessitura urbana que lhe confere importância e desenvolvimento. Para a composição da evolução do perfil econômico dos municípios, realizou-se o levantamento dos estabelecimentos por atividade econômica, tendo como referência as 25 categorias do IBGE (Subsetores). Dessa forma, utilizou-se os dados do Cadastro RAIS no período de 1995 a 2014.

A utilização da quantidade de estabelecimentos por atividade econômica levando em consideração o tamanho do estabelecimento – tamanho definido pelo número de trabalhadores com vínculos ativos ajuda na análise proposta. Isto se deve visto a possibilidade de observação do comportamento da estrutura econômica dos municípios em um período com predomínio do capital monopolista, pautadas nas lógicas de fusão monopolística territorial, que se realiza pela associação e concentração de empresas em suas estratégias controle territorial. (OLIVEIRA, 2012).

Importante dado para observar as transformações no quadro agrário das cidades brasileiras, principalmente no que diz respeito aos municípios fortemente “vinculados ao agronegócio” (ELIAS, 2007). Assim é de caráter essencial observar a dinâmica do pessoal ocupado por setor da economia, tendo em vista as características específicas da agricultura moderna quanto ao trabalho e emprego.

Os dados gerais apontam uma redução significativa das atividades de produção primária na área de influência do município de São José do Rio Preto. Estes dados corroboram com nossas reflexões acerca do dinamismo intrínseco do espaço urbano das cidades médias em seu desenvolvimento e minimizando o papel das atividades do setor primário da economia em suas diversas atividades e especializações.

Não se desconsidera que o leque de atividades agrícolas se integra no espaço urbano, mas elas não apresentam determinação territorial sobre a mesma e se colocam como secundárias frente ao que agrupamos em atividades urbanas centrais (Demais Atividades) e que congregam o núcleo provedor da vida social e econômica do município, sobretudo da cidade média. Existe uma relativa importância das atividades setoriais primárias nos municípios limítrofes e ela se reduz na medida que se amplia a economia de escala e se amplifica em direção oposta. Cabendo considerar que os pequenos municípios é que apresentam as estruturas fundiárias menos concentradas e, por sua vez, com algum grau de diversificação produtiva. O que significa que a atividade mais intensa do setor rural nestes municípios não necessariamente se integra ao que se denomina de agribusiness, agronegócio, mas estão vinculados a pequena produção camponesa.

Na tabela 3 demonstra-se que no conjunto as demais atividades respondem por 94% dos estabelecimentos comerciais dos municípios. Considerando que no conjunto das demais atividades o setor de serviços médicos hospitalares responde por cerca de 11%, as atividades de comércio respondem por cerca de 33%, indústria por 27% e serviços educacionais por cerca de 9%, ou seja as atividades vinculadas ao setor agropecuário apresentam 4,83%, muito inferiores às demais atividades econômicas urbanas.

Tabela 3 - Estabelecimentos por subsetores econômicos em S.J. Rio Preto e municípios limítrofes 1995 - 2014 (%)

	1995		2000		2005	
	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)
Produção Primária Agrícola/Pecuária	763	9,73	738	7,39	714	5,62
Produção Primária Mineral	10	0,13	5	0,05	6	0,05
Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	170	2,17	187	1,87	251	1,97
Território Atividades de Serviços Primários Mineração	6	0,08	0	0,00	5	0,04
Indústria Primária Agrícola/Pecuária	59	0,75	57	0,57	77	0,61
Indústria Primária Mineração	49	0,62	63	0,63	191	1,50
Demais Atividades	6784	86,52	8930	89,48	11466	90,21
TOTAL	7841	100	9980	100	12710	100
	2010		2014			
	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)		
Produção Primária Agrícola/Pecuária	712	4,48	707	3,79		
Produção Primária Mineral	6	0,04	8	0,04		
Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	173	1,09	203	1,09		
Território Atividades de Serviços Primários Mineração	7	0,04	7	0,04		
Indústria Primária Agrícola/Pecuária	50	0,31	62	0,33		
Indústria Primária Mineração	105	0,66	128	0,69		
Demais Atividades	14823	93,37	17547	94,03		
TOTAL	15876	100	18662	100		

Fonte: RAIS (2017).

Verifica-se que municípios pequenos com reduzido dinamismo urbano é que apresentam maior importância das atividades produtivas agrícolas, atingindo patamares de superiores a 40% (Ipiguá, Mirassolândia e Onda Verde). Isto explicita que o conjunto de

determinações territoriais urbanas se colocam em uma base econômica simples. Por outro lado, ratificamos que na medida em que as cidades ganham em economia de escala e de escopo, os patamares dessas atividades se inscrevem em valores extremamente reduzidos, tais como em São José do Rio Preto e Mirassol, com 1,38% e 4,76% de participação no conjunto total de estabelecimentos, respectivamente, para o ano de 2014.

Esse patamar de análise elimina qualquer possibilidade de nominar estas cidades com o apanágio de cidades do agronegócio, resultando claro a dependência do padrão demográfico e da economia de escala e escopo dos municípios de análise. Mesmo se considerar o ano de 1994, esses municípios apresentavam 4,95% e 12,96%, respectivamente, o que denota que, no período de análise, a baixa expressividade dessas atividades. No limite se fossemos agregar o valor da produção observamos que os dados da Fundação SEADE apontam para uma participação do setor agropecuário no Valor Adicionado Fiscal (VAF)¹¹ da região da ordem de 7%, o que resulta extremamente reduzido.

No âmbito dos vínculos empregatícios, observa-se em São José do Rio Preto e nos municípios do entorno uma trajetória de crescimento do número de empregos das atividades rurais, saindo dos patamares de 3,40%, com uma oscilação negativa e crescimento no ano de 2014, atingindo 5,52% do total de empregos.

A inexpressividade dos vínculos responde ainda do ponto de vista da massa salarial, considerando que as atividades no campo apresentaram, conforme pesquisa nas entidades sindicais visitadas¹², padrões salariais com variação negativa de 7 a 13% quando comparadas às atividades de mesmo padrão de qualificação no setor urbano (serviços gerais, por exemplo). Quando estes dados são pautados nos municípios observa-se mais uma vez que as atividades agrícolas reúnem reduzida capacidade de absorção da força de trabalho e constituem percentuais efetivamente reduzidos de participação no conjunto total de vínculos.

Observa-se na Tabela 5 que em termos de vínculos para toda a espacialidade de análise o percentual total de atividades agropecuárias atinge 3,03%, e a indústria de transformação primária 3,96%. No total as atividades agropecuárias respondem por apenas 6,99% o que em muito se aproxima de sua participação no Valor Adicionado Fiscal. Por sua vez, deve-se considerar que sua inexpressiva participação no total da força de trabalho e com indicadores salariais inferiores aos salários urbanos em torno de 12%, significa dizer que a

¹¹ Indicador calculado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que corresponde à diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no estado e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil.

¹² Observa-se que foram realizadas pesquisa de campo para complementar as informações. Estas ocorreram no ano de 2014 a 2016.

massa salarial é reduzidamente impactante na maioria dos municípios e sobretudo no município sede.

Tabela 4 – Vínculos empregatícios por subsetores econômicos em São José do Rio Preto e municípios limítrofes 1995 - 2014 (%)

	1995		2000		2005	
	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)
Produção Primária Agrícola/Pecuária	2.443	3,40	2.268	2,71	2.523	2,46
Produção Primária Mineral	181	0,25	143	0,17	13	0,01
Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	352	0,49	451	0,54	589	0,57
Território Atividades de Serviços Primários Mineração	27	0,04	0	0,00	8	0,01
Indústria Primária Agrícola/Pecuária	1.966	2,74	3.084	3,69	4.059	3,96
Indústria Primária Mineração	396	0,55	567	0,68	681	0,66
Demais Atividades	66.436	92,53	77.084	92,21	94.753	92,33
TOTAL	71.801	100	83.597	100	102.626	100
	2010		2014			
	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)		
Produção Primária Agrícola/Pecuária	2.910	1,99	9.542	5,52		
Produção Primária Mineral	24	0,02	675	0,39		
Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	889	0,61	789	0,46		
Território Atividades de Serviços Primários Mineração	18	0,01	235	0,14		
Indústria Primária Agrícola/Pecuária	1.428	0,98	8.801	5,09		
Indústria Primária Mineração	1.139	0,78	3.264	1,89		
Demais Atividades	139.553	95,61	149.527	86,52		
TOTAL	145.961	100	172.833	100		

Fonte: RAIS (2017).

Observa-se no conjunto de dados (Apêndice 1) que os municípios de Ipiguá, Mirassolândia e Onda Verde apresentam os maiores percentuais de ocupação. Pontualmente o município de Guapiaçu que é sede de uma empresa de abatedouro de aves e suínos apresenta patamares elevados de empregabilidade. No entanto, a questão em destaque é que os três municípios anteriormente citados não reúnem grandes atividades agroindustriais, apresentando muitas unidades comerciais e de serviços, de economia simples, que são de caráter produtivo e que revelam um rural estruturado com pequenas unidades de produção agropecuária, com alguma diversidade, ainda que hegemonicamente determinada por um elevado índice de homogeneização da paisagem.

Destaca-se que estes municípios juntamente com Cedral apresentam o menor número de contratos de crédito, o menor indicador de efeito substituição para culturas comerciais e alimentares e à exceção de Onda Verde, são estes pequenos municípios que mais tardiamente atingiram índice expressivo de homogeneização da paisagem, o que corrobora nossas análises de um rural estruturado que faz emergir com alguma importância as atividades econômicas agrícolas, não essencialmente vinculadas à produção de *commodities*.

Considerações finais

Conclui-se que as determinações territoriais, apresentadas nesta pesquisa, são expressões das determinações progressivas de acumulação e expressam o poder classe na formação e apropriação do valor. Esse conjunto de determinações permite refletir sobre a cidade em sua dinâmica, sem desconsiderar as relações do poder político que se estruturam a partir da propriedade privada da terra. Não se desconsidera aqui as relações intersetoriais e as formas de controle político da cidade, dos poderes de intervenção, sobretudo do controle fundiário que, no mais das vezes, tem um rebatimento direto com as estruturas familiares que concentram a terra no campo.

Dessa perspectiva emerge a compreensão de que a terra tem como característica de formação de seus preços a mesma medida da formação de preços de títulos financeiros, capitalização de rendimentos futuros e, simultaneamente, a condição de ativo mercantil. Essa dinâmica de composição de preços explicita que o mercado financeiro realiza a comercialização de títulos em geral e os títulos patrimoniais (securities) como a terra, e passa a homogeneizar os diferentes rendimentos desses títulos.

O processo de composição de preço da terra (ativo) também dá o constructo do capital fictício, na medida em que a renda é passível de circular e apontar essa rentabilidade nas transações do mercado imobiliário e em ganhos produtivos futuros, o que nos faz reafirmar que a célula central do capitalismo é a propriedade privada. A propriedade privada, sua lógica de produção de mercadoria e a expectativa de ganhos futuros que garante, de um lado, a absorção de fundos públicos nos sistemas de crédito (SNCR, BNDES), e de outro a expansão do valor na ampliação dos portfólios, na especulação imobiliária, e por conseguinte no valor intangível das empresas no mercado de capitais.

Evidentemente que estes fatores corroboram inclusive na formação de preços de terras até mesmo no setor urbano, o que nos remete ao que preconiza Lefebvre (2008, p. 141) para quem negar a produção do espaço seria o mesmo que reconduzir o espaço social “à extensão arcaica do solo”. O debate sobre a renda da terra não anula a questão da produção do espaço e não configura a terra urbana como solo.

Na mesma direção de Lefebvre, sobre a questão da renda da terra, Villaça (2012) se refere a reduzida importância da questão nos espaços urbanos, considerando que se trata de um conceito datado (Século XVIII e XIX), e que portanto “envelheceu” e que se remete à agricultura e passa a não ter significância na realidade urbana. Também afirma o autor sobre a impossibilidade de compreender a terra urbana como um dom gratuito da natureza dada sua

base material de existência, ou associar a terra urbana como produto socialmente produzido à matéria-prima. (VILLAÇA, 2011).

Ocorre que a questão central da renda da terra não está na sua condição de pré-existência (como base espacial) ou como simples base produtiva, mas em sua transformação qualitativa em base territorial, mediação de valor, em manifestação concreta de apropriação do espaço pelo trabalho e ou pela exploração do trabalho (RAFFESTIN, 1993).

Esse processo se constitui pela relação de poder que se estabelece ao constituí-la como propriedade privada. A propriedade privada é a essência da produção do espaço nas relações capitalistas, se se quer abstrair tal condição o idealismo determinaria a forma valor e não a base material das relações sociais que constituem o processo de determinação da renda da terra (absoluta, diferencial I e II). Significa dizer que a primeira determinação da produção do espaço no capitalismo é o estatuto da propriedade privada da terra, o que de fato, pelas características particulares do capitalismo é preciso reconhecer a dimensão do valor, na incorporação do trabalho na base material da terra (edificações). Esse processo marca uma lógica de valorização diferencial da terra urbana e, por conseguinte, rurais (processos de preparação e comercialização de fazendas). Não se desconsidera que as áreas da cidade que se encontram mais equipadas e edificadas (incorporação do trabalho) expressam os maiores preços no mercado imobiliário. (SPOSITO, 2012).

Embora todos esses fatores promovam algum rebatimento na dimensão econômica do espaço urbano, as análises apontam de fato a economia urbana se estrutura por sua dinâmica de aglomeração, especialização de serviços e simultaneamente sua diversificação. Cabe destacar que esse processo atinge sobretudo os setores modernos econômicos Médico-Hospitalar, Educacionais, Turismo e Comércio (sofisticado, como os Shopping Centers), que configuram atividades especializadas e de alto custo de implementação e exigem padrão de demanda para sua incorporação ao espaço urbano. Atividades que drenam as econômicas dos municípios do entorno e dão sustentabilidade ao dinamismo das atividades das cidades médias. Ou seja, são as atividades intra e interurbanas que qualificam e quantificam estas estruturas econômicas por sua própria dinâmica de desenvolvimento.

Neste aspecto Lefebvre (2001) tem absoluta razão ao conceber o “urbano” como uma dimensão muito particular das cidades no capitalismo. Não se trata de uma antinomia cidade-urbano. O urbano é uma mudança quanti-qualitativa da cidade produzida pela lógica da produção do valor do espaço no capitalismo, o que configura a cidade capitalista como dimensão qualitativa diferenciada em relação a todas as formas citadinas pretéritas e o urbano,

não apenas como forma de vida, como mudanças na órbita do valor, de sua produção e reprodução.

De fato no capitalismo a cidade, como estrutura, se transforma em um capital fixo dos processos de produção e reprodução capitalista e o urbano, como dinamismo de trocas e investimentos, sua dimensão de capital variável, que se intensifica na medida que complexifica sua capacidade de produção do valor, se complexifica de tal forma que suas especializações e diversificações, concentrações, centralizações e padrões de acumulação se expressam pela variabilidade do capital variável determinado pela dinâmica urbana e como se consolida sua tessitura espacial.

Nesse caso, os dados sobre as características próprias dos estabelecimentos e vínculos sintetizam esta relação entre qualidade e quantidade. Há uma curva de quantidade das atividades que passa a determinar os níveis de especialização produtiva e de consumo no espaço citadino e esta curva acompanha reflexos de renda, demografia, estrutura de circulação intra e interurbana, em um amalgama que define uma condição de centralidade e *lócus* de poder (hierarquia e tessitura) e que define a metrópole, a cidade média, a proto-média, ou a pequena cidade, uma relação dialética entre capital fixo (cidade e sua estrutura) e capital variável (o urbano e seu dinamismo).

Ainda que se mimetize a cidade com o espaço rural pela dimensão ideológica do dinamismo econômico do agronegócio, as estruturas patrimoniais da terra, a propriedade privada é o cerne das formas de reprodução dos espaços urbanos e rurais, como síntese de controle da produção e circulação de mercadorias e serviços, tanto quanto o trabalho, mas as estruturações dessas cidades se realizam de forma particular à vida urbana, formas particulares de acumulação e concentração de renda e poder. Cabe aprofundar as análises sobre os processos de resistência e fragmentação social nas cidades médias e no seu entorno, como contradições desse urbano intensamente corporativo e monopolizado. Movimentos de resistência que buscam consolidar novos territórios e territorialidades, talvez como negação da cidade e negação do urbano capitalistas.

Referências Bibliográficas

BACCARIN, J. G.; BUENO, G. da SILVA, D, B, P. Uso da área nos estabelecimentos agropecuários face à expansão da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, de 1990 a 2010. In: Anais SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 52 Congresso. 2014. Goiânia- GO.

BELLINGIERI, J. C.; BORGES, A. C. G.; SOUZA, J. G. Interpretações sobre fatores de exclusão de pequenos agricultores no setor citrícola. *Estudos Geográficos*, Rio Claro - SP, v. 10, p. 27-42, 2012.

BORGES, A.C.G. *Competitividade e Coordenação no Agronegócio Citrícola*. Araraquara: FCL/UNESP. 2004. (Tese de Doutorado).

BORGES, A. C. G., COSTA, V. M. H. M. Distribuição dos desembolsos do BNDES no setor sucroenergético no Brasil. *Estudos Geográficos Rio Claro*, v. 9, n.2, p. 73-88, 2011.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2007

COASE, R. The new institutional economics. *American Economic*, v. 88, n.2, p. 72-74, may, 1998.

DELGADO, G.C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

ELIAS, D. Agricultura e produção dos espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Geografia em Movimento). p. 113- 138, 2007.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 208p.

HERNANDÉZ, D. I. M. *Efeitos da produção de etanol e biodiesel na produção agropecuária do Brasil*. 2008. 163 p. (Dissertação de Mestrado).

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J.S. *Não há terra para se plantar neste verão*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, p. 43-61.

MARX, K. *O capital* (livro III, 2º tomo), São Paulo: Abril, 1983.

MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boi Tempo, 2013. 132p.

NASCIMENTO, R. F. ; SOUZA, J.G. ; GEBARA, J. J. . Mercados de terras no estado de São Paulo: determinações de preços pós-plano Real. *Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais*, v. 3, p. 40-49, 2012.

NORTH, D. C., Economic performance through time. *The American Economic Review*, v.84, n.3, p. 359-368, 1994.

NORTH, D. C., Institutions. *Journal of Economic Perspectives*. v.5, n.1, p. 97-112, 1991.

OLIVEIRA, A. U. *A mundialização da agricultura brasileira*. Actas XII Colóquios de Geocrítica. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>, 2012.

OLIVEIRA, F. *O surgimento do antivalor: capital, foça de trabalho e fundo público*. *Novos Estudos*, n. 22, p. 8-28, out. 1988.

- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- POULANTZAS, N. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes. 1977.
- POULANTZAS, N. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SOUZA, J.G. Questão de Método: a homogeneização territorial paulista. JaboticabalSP:FCAV-UNESP. 2008, 167 p. (Tese de Livre Docência).
- SOUZA, J.G. A Questão Indígena: Acumulação por Espoliação e Monopolização do Território (A economia política do agronegócio). *Prim@ Facie*, v. 12, p. 01-42, 2014.
- SOUZA, J.G. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. (Org) Temas de desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul. Curitiba: Ithala, 2016, p. 55-96.
- SOUZA, J.G; BORGES, A. C. G. . As determinações territoriais da lógica do valor e do autovalor: análise da produção de soja no Mato Grosso ? Brasil. In: Rui Jacinto. (Org.). *Iberografias: Outras Fronteiras, Novas Geografias: Intercâmbios e Diálogos Territoriais*. 32ed.Coimbra: Ancora Ed./Centro de Estudos Ibéricos (CEI), 2017, v. 32, p. 247-270.
- SOUZA, J.G.; BORGES, A. C. G. . Capital monopolista e resistência social: o agrário e o agrícola em cidades médias brasileiras. Rio Claro: Fapesp, 2018. (Relatório de pesquisa).
- SOUZA, J.G.; CABERO DIEGUES, V. Por uma desglobalização da produção alimentar: commoditização da agricultura e diversidade produtiva - uma análise de Espanha. *GEOgraphia (UFF)*, v. 14, p. 63-81, 2012.
- SOUZA, J.G.; MIZUSAKI, M. Y. . A '(re)conquista' do Estado: antipolítica, agronegócio e genocídio no Brasil. *Okara : Geografia em debate (UFPB)*, v. 12, p. 507-532, 2018.
- SPOSITO, M.E.B. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 2004. Tese (Livre docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2004.
- SPOSITO, M. E. Capitalismo e urbanização. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- SPOSITO, M. E. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. XI, p. 11, 2007.
- VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.
- VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WHITACKER, A. M. *Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto*. Presidente Prudente-SP:UNESP, 2003. (Tese de Doutorado).

WILLIAMSON, O. E. *The mechanism of governance*. New York: Oxford University Press, 1996. 429 p.

WILLIAMSON, O.E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. In: SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. (editors). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, Princeton University Press: 1994.

Apêndice 1 – Vínculos empregatícios São José do Rio Preto e municípios limítrofes 1995-2014

	1995		2000		2005		2010		2014		
	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	
São José do Rio Preto	Produção Primária Agrícola/Pecuária	960	1,61	634	0,93	848	0,98	641	0,52	7.694	5,34
	Produção Primária Mineral	181	0,30	16	0,02	13	0,01	21	0,02	674	0,47
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	143	0,24	230	0,34	278	0,32	712	0,58	398	0,28
	Atividades de Serviços Primários Mineração	19	0,03	0	0,00	8	0,01	13	0,01	235	0,16
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	614	1,03	1.005	1,48	1.246	1,44	1.150	0,93	6.919	4,81
	Indústria Primária Mineração	383	0,64	560	0,83	657	0,76	1.104	0,90	3.246	2,25
	Demais Atividades	57.144	96,13	65.429	96,40	83.755	96,49	119.597	97,05	124.803	86,69
	TOTAL	59.444	100	67.874	100	86.805	100	123.238	100	143.969	100
Bady Bassit	Produção Primária Agrícola/Pecuária	98	10,07	101	5,32	62	21,53	150	4,54	204	5,68
	Produção Primária Mineral	0	0,00	127	6,69	0	0,00	0	0,00	1	0,03
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	18	1,85	14	0,74	16	5,56	32	0,97	35	0,98
	Atividades de Serviços Primários Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	1	0,10	26	1,37	6	2,08	5	0,15	13	0,36
	Indústria Primária Mineração	9	0,92	0	0,00	1	0,35	0	0,00	8	0,22
	Demais Atividades	847	87,05	1.629	85,87	203	70,49	3.118	94,34	3.328	92,73
	TOTAL	973	100	1.897	100	288	100	3.305	100	3.589	100
Cedral	Produção Primária Agrícola/Pecuária	131	24,49	118	15,13	133	12,07	135	8,08	153	5,97
	Produção Primária Mineral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	25	4,67	20	2,56	12	1,09	4	0,24	4	0,16
	Atividades de Serviços Primários Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,06	0	0,00
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	2	0,37	1	0,13	2	0,18	17	1,02	2	0,08
	Indústria Primária Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Demais Atividades	377	70,47	641	82,18	955	86,66	1.513	90,60	2.405	93,80
	TOTAL	535	100	780	100	1.102	100	1.670	100	2.564	100

		1995		2000		2005		2010		2014	
		Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)
Guapiaçu	Produção Primária Agrícola/Pecuária	668	30,95	375	13,74	588	18,47	430	18,58	456	12,44
	Produção Primária Mineral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	20	0,93	55	2,01	14	0,44	13	0,56	36	0,98
	Atividades de Serviços Primários Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	961	44,53	1.278	46,81	1.842	57,87	2	0,09	628	17,13
	Indústria Primária Mineração	0	0,00	3	0,11	5	0,16	7	0,30	5	0,14
	Demais Atividades	509	23,59	1.019	37,33	734	23,06	1.862	80,47	2.541	69,31
TOTAL		2.158	100	2.730	100	3.183	100	2.314	100	3.666	100
		1998		2000		2005		2010		2014	
		Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)
Ipiruá	Produção Primária Agrícola/Pecuária	286	64,41	394	62,44	357	43,06	88	15,33	314	30,31
	Produção Primária Mineral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	23	5,18	12	1,90	29	3,50	2	0,35	11	1,06
	Atividades de Serviços Primários Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	0	0,00	0	0,00	0	0,00	19	3,31	33	3,19
	Indústria Primária Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Demais Atividades	135	30,41	225	35,66	443	53,44	465	81,01	678	65,44
TOTAL		444	100	631	100	829	100	574	100	1.036	100
		1995		2000		2005		2010		2014	
		Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)
Mirassol	Produção Primária Agrícola/Pecuária	225	2,89	161	1,89	115	1,33	145	1,16	237	1,57
	Produção Primária Mineral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,02	0	0,00
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	85	1,09	68	0,80	136	1,58	90	0,72	126	0,83
	Atividades de Serviços Primários Mineração	8	0,10	0	0,00	0	0,00	4	0,03	0	0,00
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	133	1,71	463	5,43	204	2,37	224	1,79	75	0,50
	Indústria Primária Mineração	4	0,05	2	0,02	0	0,00	0	0,00	2	0,01
	Demais Atividades	7.321	94,15	7.826	91,85	8.164	94,72	12.052	96,28	14.696	97,09
TOTAL		7.776	100	8.520	100	8.619	100	12.518	100	15.136	100
		1995		2000		2005		2010		2014	
		Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)
Mirassolândia	Produção Primária Agrícola/Pecuária	106	42,06	79	31,47	58	18,07	68	14,85	104	17,84
	Produção Primária Mineral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	10	3,97	4	1,59	30	9,35	18	3,93	8	1,37
	Atividades de Serviços Primários Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	2	0,79	5	1,99	8	2,49	11	2,40	16	2,74
	Indústria Primária Mineração	0	0,00	2	0,80	18	5,61	28	6,11	3	0,51
	Demais Atividades	134	53,17	161	64,14	207	64,49	333	72,71	452	77,53
TOTAL		252	100	251	100	321	100	458	100	583	100

	1995		2000		2005		2010		2014		
	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	Quantidade	Participação Total (%)	
Onda Verde											
	Produção Primária Agrícola/Pecuária	255	38,46	406	44,42	362	24,48	1.253	66,51	380	16,59
	Produção Primária Mineral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Atividades de Serviços Primários Agrícola/Pecuária	51	7,69	48	5,25	74	5,00	18	0,96	171	7,47
	Atividades de Serviços Primários Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Indústria Primária Agrícola/Pecuária	253	38,16	306	33,48	751	50,78	0	0,00	1.115	48,69
	Indústria Primária Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Demais Atividades	104	15,69	154	16,85	292	19,74	613	32,54	624	27,25
	TOTAL	663	100	914	100	1.479	100	1.884	100	2.290	100

Fonte: RAIS (2017).